



RISCOS



NECESSIDADES NA GESTÃO DO RISCO DE CATÁSTROFE EM GRANDES EVENTOS NO ALTO MINHO:
A PERSPETIVA DAS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS*

85

MANAGEMENT NEEDS FOR DISASTER RISK IN MAJOR EVENTS IN ALTO MINHO:
THE ASSESSMENT OF FIRE DEPARTMENTS

Paulo Barreiro

Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior de Saúde (Portugal)

ORCID 0009-0007-0666-1167 paulobarreiro@gmail.com

Albertina Marques

Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior de Saúde, UICISA:E (Portugal)

ORCID 0000-0002-1797-8748 albertinamarques@ess.ipv.pt

RESUMO

O estudo pretendeu conhecer as necessidades existentes na gestão de catástrofe associadas a grandes eventos realizados no Alto Minho, na perspetiva das Corporações de Bombeiros. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório-descritivo, tendo sido realizadas entrevistas aos responsáveis das Corporações de Bombeiros e efetuado tratamento dos dados com recurso a análise de conteúdo e estatística descritiva. Os resultados evidenciaram a existência de grandes eventos geograficamente dispersos; a intervenção das Corporações de Bombeiros a nível do planeamento do socorro nem sempre se verifica; são percecionados constrangimentos na prestação de socorro relacionados com o grande número de ocorrências a efetuar em datas de eventos, trânsito e acessos difíceis e corredores de emergência pouco viáveis; Os aspetos influenciadores da resposta das unidades de saúde de evacuação são a distância entre o local do acidente e a unidade de saúde, a retenção dos meios de socorro, a lotação e dotação dos serviços de urgência. Concluindo, urge a necessidade de uma gestão de risco eficaz.

Palavras-chave: Eventos de massa, socorro, gestão de risco de catástrofe.

ABSTRACT

The study aimed to identify existing needs in disaster management associated with major events held in Alto Minho, as perceived by the fire brigades. This is a qualitative, exploratory-descriptive study, for which interviews were conducted with the heads of the fire brigades and data were processed using content analysis and descriptive statistics. The results showed that events are large and geographically dispersed; the intervention of fire brigades in terms of rescue planning does not always occur and constraints are perceived in the provision of aid. These are related to the large number of occurrences happening on event dates, the amount of traffic, and difficult access. Unfeasible emergency corridors add to the difficulties. The aspects influencing the response of the evacuation health units are the distance between the incident site and the health unit, the means of assistance remaining available, the capacity and ability of the emergency services. In conclusion, there is an urgent need for an effective risk management.

Keywords: Mass events, relief, disaster risk management.

* O texto desta nota foi submetido em 15-09-2022, sujeito a revisão por pares a 27-09-2022 e aceite para publicação em 18-11-2022

Esta nota é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 30 (II), 2023, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

Ao longo da sua existência, o homem sempre se confrontou com variados tipos de catástrofes, umas naturais, outras de origem humana. Num planeta em constante mudança, as situações inusitadas relacionadas com catástrofes tais como incêndios florestais, inundações, derrocadas, ondas de calor e de frio, entre outras, têm abalado as comunidades a nível internacional (CRED, 2021). A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que, no mundo nos últimos 20 anos, as catástrofes naturais, mataram mais de 1,2 milhões de pessoas (Handoko, 2020).

No entanto, as catástrofes não têm apenas origem natural, elas podem advir de atividades do homem. Segundo The Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (2021), os acidentes tecnológicos resultantes de acidentes de transportes, acidentes industriais, colapso de estruturas, ruturas de barragens, emergências radiológicas entre outros, também têm a sua expressão em todo o mundo e, nos últimos 20 anos registaram mais de 5000 acidentes, dos quais resultaram mais de 162 mil vítimas mortais e mais de 9,5 milhões de afetados, num total de danos superior a 62 biliões de dólares.

Também em Portugal, nos confrontamos frequentemente com catástrofes relacionadas com fenómenos extremos, quer de origem natural quer de origem humana, onde se salientam as tempestades, cheias e os incêndios florestais, causando vítimas e danos materiais elevados. Poderíamos citar vários acontecimentos, mas pela sua gravidade a todos os níveis, especialmente pelas perdas humanas, destacamos alguns dos mais recentes: o aluvião da Madeira, em 2010, que registou 47 mortes, 250 feridos e ainda 600 desalojados; os incêndios florestais no Continente, em 2013, em que registaram 9 vítimas mortais designadamente Bombeiros durante as operações de combate e perdas financeiras em mais de 208 milhões de euros; os incêndios florestais na Madeira, em 2016, provocando 3 mortes e 151 feridos, dos quais 2 em estado grave e danos materiais que ascenderam aos 157 milhões de euros; e o incêndio de Pedrógão Grande, em 2017, que registou 66 vítimas mortais em menos de 24 horas e 45.000 hectares consumidos pelas chamas (Santos e Gomes, 2022).

De facto, aos riscos naturais que sempre aconteceram ao longo dos tempos, juntam-se hoje os induzidos pela ação do homem sobre os ecossistemas (ANPC, 2008), os denominados riscos humanos. Destes, poderíamos enunciar vários, mas referiremos apenas aqueles que estão associados a grandes aglomerados de pessoas, que é o foco do nosso estudo. A título de exemplo destacamos o acidente no Arraial da Senhora do Monte na ilha da Madeira em 2017, em que a queda de uma árvore resultou na morte de 13 pessoas e mais 49 pessoas ficaram feridas (Observador, 2017), e em 2018 uma bancada em risco de ruir obrigou à suspensão de um jogo de futebol

Estoril/Porto, levando à evacuação da zona (Observador, 2018). Estes dois casos com características e contornos diferentes mostram, na realidade, a diversidade de situações possíveis que podem resultar em catástrofe.

O impacto das catástrofes por norma é terrível, pois pode acarretar morte, lesões, doenças e outros efeitos negativos sobre o bem-estar físico, mental, social e humano.

As catástrofes apresentam por definição contextos complexos caracterizados por múltiplas ocorrências, perdas humanas, cenários de horror e sofrimento, mas também dificuldades de acesso aos locais dos eventos, dificultando as operações de socorro, exigindo grande capacidade de gestão de logística, gestão de recursos, gestão de catástrofe.

Assim, torna-se cada vez mais necessário ter uma real perceção do risco que enfrentamos, partilhar os conhecimentos e mobilizar os *stakeholders* imprescindíveis a incorporar o conhecimento e as ações necessárias na redução do risco da forma mais eficaz (Building risk knowledge, s.d.).

Diversos são os contextos que se constituem de base para grandes aglomerações de pessoas, designadamente eventos públicos tais como grandes festas, encontros desportivos, religiosos, entre outros.

Um pouco por todo o lado a aposta em eventos como atração turística e marketing territorial para promoção das regiões são bastante exploradas pelas autoridades municipais. São uma forma de valorizar os seus territórios, as suas populações, a sua cultura e os seus produtos. O Alto Minho não é exceção a esta dinâmica e, dessa forma, temos nas últimas décadas assistido ao desenvolvimento de iniciativas já existentes assim como ao surgimento de novos eventos, que se têm traduzido em êxitos de adesão de grande número de pessoas (Getz, 2008).

A realização de eventos terá sempre implícito o risco de ocorrência de acidentes. O facto de estarmos perante a presença de multidões gera a necessidade de um cuidado aumentado no sentido da segurança e do socorro. Felizmente, os eventos existentes no Alto Minho têm decorrido sem intercorrências graves, no entanto, o risco é algo sempre presente o que implica procurar incessantemente formas de melhorar os processos e desempenhos de prevenção e intervenção. É fundamental caminharmos no sentido de encarar os grandes eventos de massas como contextos de risco de catástrofe. Assim, acompanhando aquilo que é a tendência internacional desde a 3ª Conferência Mundial para a Redução do Risco de Catástrofes realizada no Japão, em Sendai entre 14 a 18 de março 2015, deve-se tentar fazer, à escala global, a transição da gestão de catástrofe para a gestão do risco de catástrofe (UNISDR, 2015), configurando-se na grande mudança de paradigma face ao seu antecessor designado como Quadro de Ação Hyogo.

Viver diariamente a realidade de um determinado contexto induz a uma certa visão seletiva sobre as coisas, o que condiciona uma observação detalhada e aprofundada do todo. Conscientes desta realidade, consideramos que sair da posição de conforto sustentada num olhar exclusivo, e por isso limitado, procurando o olhar de outras pessoas, necessariamente com outras perspetivas, foi fundamental para a descoberta e atenção dos aspetos desajustados da nossa ação, inicialmente impercetíveis, de forma a evoluirmos na nossa forma de pensar, de planear e de atuar, e assim sermos capazes de introduzir melhorias nas nossas organizações.

À luz do exposto, urge encontrar ou selecionar novas formas de gestão do risco para maior controle e melhor resposta para segurança das populações. Para que tal seja também possível, é fundamental conhecer bem a realidade no terreno, isto é, as lacunas, as necessidades, os constrangimentos, que permita a elaboração de um bom diagnóstico de situação e partir deste se possam desenhar planos de intervenção mais adequados e verdadeiramente ajustados.

Assim, tendo em conta o ritmo da sociedade atual, a evolução das metodologias de gestão das organizações, em particular das instituições de saúde, preocupados com a problemática apresentada, colocámos a seguinte questão de investigação: Quais as necessidades na gestão do risco de catástrofe associado a grandes eventos no Alto Minho?

Tendo como ponto de partida a questão de investigação e os pressupostos apresentados, delineámos como objetivo geral para o estudo: conhecer as necessidades existentes na gestão de catástrofe associadas a grandes eventos realizados no Alto Minho, na perspetiva das Corporações de Bombeiros, com a finalidade de proporcionar uma conduta profissional mais esclarecida e por inerência contribuir para a elaboração de planos de gestão de risco mais ajustados de forma a otimizar o desempenho das equipas/corporações/estruturas de socorro.

Para dar resposta ao objetivo definido, na tentativa de perceber as necessidades existentes na gestão de catástrofe associadas a grandes eventos realizados no Alto Minho, realizámos um estudo valorizando os testemunhos na primeira pessoa dos responsáveis das Corporações de Bombeiros.

Metodologia

Com o propósito de conhecer as necessidades existentes na gestão de catástrofe associadas a grandes eventos realizados no Alto Minho, na perspetiva das Corporações de Bombeiros, clarificamos o objetivo geral, definindo os seguintes objetivos específicos: Identificar o conceito de grandes eventos; Identificar os grandes eventos realizados em cada município do Alto Minho; Identificar

a existência de intervenção no processo de planeamento realizados nos municípios do Alto Minho; Identificar a existência de dispositivo (recursos) de socorro existentes nos municípios do Alto Minho; Identificar dificuldades percecionadas; Identificar os constrangimentos e preocupações percecionados; Analisar a opinião relativa à resposta das unidades de saúde de evacuação.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos e assim obter a resposta para a problemática em estudo realizámos um estudo exploratório-descritivo inscrito no paradigma qualitativo.

Para recolha de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas em 2021, individualmente, a todos os responsáveis dos Corpos de Bombeiros do Alto Minho contabilizando um total de 12. Os bombeiros prestam socorro forma ininterrupta nos municípios onde estão sediados e nos eventos ao nível municipal, o que lhes confere uma perceção muito real do evento em si e da resposta das unidades de saúde.

O tratamento dos dados relativos à caracterização dos participantes foi efetuado com recurso à estatística descritiva, o tratamento relativo aos testemunhos dos participantes foi efetuado com recurso à técnica de análise de conteúdo segundo o referencial teórico de Bardin (2018). O procedimento de análise de conteúdo foi efetuado de forma rigorosa e sistemática, cumprindo todas etapas do processo: as entrevistas foram transcritas e atribuído um código alfanumérico a cada uma delas, iniciando assim o processo de codificação; realizadas leituras das transcrições, anotadas e analisadas as frases significativas, dando assim origem às unidades de registo (ur); Depois seguiu-se a constituição de áreas temáticas, das categorias e subcategorias de modo a agrupar as unidades de registo; após processo de análise cuidada foram efetuados ajustes no reagrupamento das unidades de registo e recodificações nas categorias, inúmeras vezes permitindo refinar a interpretação dos dados extraíndo-lhe os verdadeiros significados e validar a identificação das áreas temáticas, dando-lhe assim um cunho de maior credibilidade e validade aos resultados alcançados.

O estudo realizou-se na região do Alto-Minho com uma área aproximada de 2255 km², dividida em 10 concelhos e 208 freguesias, com uma população residente de 231 488 habitantes (INE, 2021). É cada vez mais um destino turístico nacional e internacional durante grande parte do ano, mas, com maior incidência nos meses de verão. É também nesta época estival que numerosos emigrantes portugueses que um pouco por todo o mundo estão radicados, regressam para visitar os seus familiares e amigos. Apesar de não haver dados concretos oficiais é perceptível o aumento considerável do número de pessoas no Alto Minho com especial incidência nos meses de Verão atingindo o auge no mês de agosto. O Alto Minho é uma

região festiva, onde as romarias e festas fazem parte do cotidiano das gentes, onde se realizam inúmeros eventos de índole religiosa, social, desportiva e cultural, ao longo de todo ano, com maior expressividade na época de Verão, iniciativas estas que aglomeram multidões.

A resposta em unidades de saúde para o socorro no Alto Minho dispõe de um serviço de urgência médico-cirúrgico em Viana do Castelo e dois serviços de urgência básica, um sediado em Monção e outro em Ponte de Lima. Dispõe ainda de vários tipos de meios do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) dimensionada para a habitual população existente, sediados em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Melgaço. Todos os municípios dispõem de pelo menos 1 corporação de Bombeiros perfazendo um total de 12, cobrindo em proximidade todo o distrito.

Foram salvaguardas as questões éticas de anonimato e confidencialidade e confirmação da autorização para a realização das entrevistas através consentimento informado.

Apresentação e discussão de resultados

Após a realização da análise de conteúdo das entrevistas obtidas dos participantes, emergiram áreas temáticas, e respetivas categorias e subcategorias, as quais nos parecem mostrar os aspetos mais relevantes do fenómeno em estudo (TABELA I).

Conceito de grandes eventos

São inúmeros e muito diversificados os eventos sociais que podem ser considerados grandes eventos. Para uma gestão eficaz de multidões e de catástrofe, é fundamental perceber e definir o que se entende por grandes eventos, pois esse será o mote de partida para um planeamento sustentado e adequado.

Grandes eventos, são atividades coletivas que por motivo desportivo, religioso, lúdico ou laboral, entre outras motivações, atraem um elevado número de pessoas. A dimensão da concentração de pessoas e o próprio conceito de evento com multidões tem variado na literatura. Há autores que o consideram um aglomerado de mais do que 1000 pessoas, outros entendem que é necessário um aglomerado superior a 25000 pessoas para se poder utilizar essa denominação (Oliveira, 2007). De facto, a disparidade numérica é grande, no entanto existem outros conceitos que colocam a tónica não no número, mas na concentração de pessoas como é caso da Organização Mundial de Saúde que define eventos de massas, aqueles que concentram um determinado número de pessoas num local específico para uma finalidade específica, por um período definido de tempo (WHO, 2015).

Com base nestes pressupostos, quisemos conhecer qual a perceção dos participantes do que consideravam ser um

TABELA I - Áreas temáticas, categorias e subcategorias.

TABLE I - Thematic areas, categories and subcategories.

Áreas Temáticas, Categorias e Subcategorias		
Área temática	Categoria	Subcategoria
Conceito de grandes eventos	Concentração de pessoas por área	
	Comemorações /iniciativas	
Intervenção mobilizada pelas corporações de bombeiros no processo de planeamento de socorro	Planeamento	Existe
		Inexistente
	Reforço de meios	Existe parcialmente
Constrangimentos das corporações de bombeiros na prestação de socorro	Número de socorros	
	Acessos e Corredores de Emergência	
	Trânsito	
Preocupações das corporações de bombeiros na prestação de socorro	Desequilíbrio entre as necessidades e as respostas	
	Iliteracia da população civil	
	Dimensão do acidente	
	Inacessibilidade do local acidente	
	Risco de catástrofe	
	Demora média do serviço	
Aspetos influenciadores das respostas das unidades de saúde de evacuação percecionada pelas corporações de bombeiros	Distância	
	Aumento do tráfego	
	Tipo de rede viária	
	Tipologia das unidades de saúde	
	Lotação do serviço de urgência	
	Retenção dos meios de socorro nas unidades de saúde	
	Dotação dos serviços	
	Planeamento inadequado	
	Falta de reforço de equipas das unidades de saúde	

grande evento, tendo emergido a área temática “Conceito de grandes eventos” com 2 categorias: “Concentração de pessoas por área” e “Comemorações/iniciativas”. Neste estudo considerámos grandes eventos, os discursos que fazem referência quer à aglomeração de grande número de pessoas quer à concentração de pessoas por área.

Dos resultados apresentados constatamos que todos os entrevistados, possuem um conceito próprio e interiorizado daquilo que consideram ser grandes eventos. Verificamos que a menção a um grande número de pessoas é comum na maioria dos depoimentos, como referiu um participante “São eventos que têm o potencial de aglomerar muitas pessoas” E4. Quanto ao número concreto de pessoas apenas foi mencionado por 3 participantes, ilustrado no trecho “Podemos considerar acima de 1000 pessoas, um evento de massas” E1.

Emergiu também a ideia de grande número de pessoas concentradas num determinado local, visível no seguinte testemunho “Ter muita gente concentrada num espaço, isso para mim já é movimento de massas” E3, onde se percebe a importância dada à relação do número de pessoas por área, ao afastamento desta e a dificuldade em aceder a ela. Foram ainda mencionados adjetivos como anormal e potencial, que nos parece trazer a ideia de imprevisibilidade e incerteza ao conceito.

Relativamente às comemorações/iniciativas realizados no Alto Minho, verificamos a existência de inúmeros, realizados em todos os municípios e durante todo o ano, mas visivelmente concentrados na época de verão.

Constatamos ainda que os eventos referidos são provenientes de áreas distintas, tais como festas religiosas, desportivas, eventos musicais ou gastronómicos entre outros.

Foram apurados um total de 29 eventos que decorrem anualmente em todo o distrito (fig. 1), referenciados como sendo grandes eventos, 19 deles realizam-se nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Desses 19, importa referir que 11 realizam-se durante o mês de agosto.

A cartografia representada na figura 1, ilustra a dispersão geográfica dos eventos de massas elencados pelo grupo de entrevistados. Salientamos a atenção para os eventos de cariz desportivo, cuja referenciação é a dos locais de partida habituais, mas que normalmente apresentam percursos longos, podendo estes serem alterados de umas edições para as outras, o que por si só já acresce dificuldade em qualquer planeamento de gestão do risco, porque nestas circunstâncias é impossível prever com precisão o local do acontecimento de um hipotético acidente.

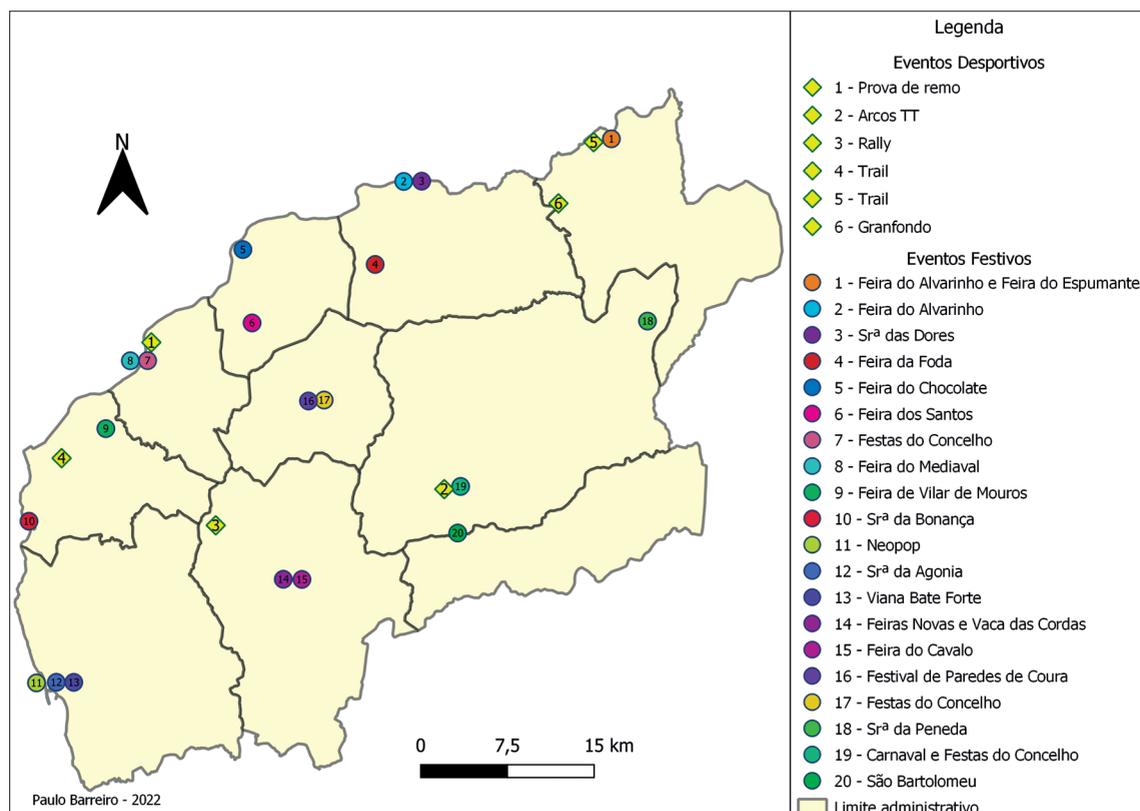


Fig. 1 - Eventos de massas identificados no distrito de Viana do Castelo.

Fig. 1 - Mass events identified in Viana do Castelo district.

Qualquer planeamento de socorro para grandes eventos que tenha a pretensão de ser eficaz e adequado, exige o conhecimento cabal e minucioso do evento, destacando-se desde logo conhecer o tamanho do contingente de pessoas previsto, pois este terá implicação direta na quantidade de meios materiais e humanos a definir. No nosso estudo, o conceito de grandes eventos foi, sem exceção, associado à grande concentração de pessoas por área geográfica. No entanto, parece que não há efetivamente um consenso global quanto ao número de participantes a partir do qual se consideram eventos de massas pois, tal como supramencionado, existe grande variedade de opinião sobre o aspeto numérico. Também, no nosso estudo, verificámos essa disparidade pois, de fato, o número de pessoas referido pelos responsáveis das corporações variou entre um a vários milhares. Porém, corroboramos a opinião da Organização Mundial da Saúde quando afirma que, embora o número de pessoas de um evento tenha influência na avaliação de riscos associados, este dado não é introduzido no conceito de grande evento porque cada comunidade tem uma capacidade diferente para gerir multidões de pessoas, por exemplo, aeroportos ou mercados, gerem mais de 100 mil pessoas por dia com o mínimo de dificuldades. Assim, os eventos de massa são caracterizados não pela sua dimensão, mas pela concentração de pessoas em determinado local com potencial para sobrecarregar o planeamento e recursos de resposta do país ou comunidade (WHO, 2015).

Ainda relativamente à grandeza do contingente de pessoas, importa ressaltar que nem sempre é possível obter uma contabilização ou estimativa precisa, uma vez que grande parte dos eventos poderá ser de difícil análise pois são recintos para espetáculos ao ar livre ou mesmo em espaço aberto não delimitado, inseridos na Categoria II relativa a eventos em que os espetadores se movimentam em determinada área geográfica e duração superior a 1 dia tal como vem descrita no PDEPCVC (Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Viana do Castelo, 2016). Em eventos tais como os festivais de música ou eventos desportivos com inscrição ou bilheteira já será mais fácil totalizar os participantes. Ainda assim, os números apresentados, apesar de alguns deles não serem precisos, são elucidativos das multidões que por vezes circulam nas localidades do Alto Minho, constituindo-se, no nosso entender, um alerta a valorizar pelas entidades responsáveis pela segurança.

Still (2000 e 2015) propõe para o cálculo da lotação de um local, ou infraestrutura, a aplicação da seguinte fórmula: lotação do espaço igual à área multiplicado por 4, sabendo que o espaço ocupado por uma pessoa em repouso é menor do que o espaço necessário para uma pessoa em movimento, o que implica que o espaço necessário para uma multidão em movimento é maior do que uma simples concentração estática de pessoas. Abordando a questão da densidade perigosa, estudada pelo mesmo

autor, percebemos rapidamente a diferença existente entre estarem 100, 300 ou 600 pessoas em 100 m². Esta diferença acentua-se quando as multidões estão em movimento, aumentando os riscos em função dos raios e outras variáveis como velocidade, percurso a realizar, obstáculos, entre outros. Efetivamente, percebemos, mais uma vez que a concentração de pessoas por área, assim como o seu comportamento, o local do evento e os obstáculos são fatores que devemos considerar na caracterização de grandes eventos.

Curiosamente, devemos ressaltar que alguns dos eventos mencionados apesar de terem um número de pessoas pouco expressivo, foram catalogados como eventos de massa devido ao facto de serem realizados em local remoto (de montanha), distante e/ou com estradas sinuosas, onde os meios de socorro são escassos e/ou demorados, ou, por exemplo, o facto de serem em espaços confinados algumas vezes com dificuldades de acessibilidades onde um excesso de participantes, em função da área disponível ou a dificuldade de acesso aos meios de socorro, o poderá transformar-se num evento onde a aglomeração de pessoas possa ser preocupante para o local. Segundo Castro *et al.*, (2014), o conceito de eventos de massa não se resume apenas à quantidade de pessoas aglomeradas, mas também às condições climáticas, duração do evento, idade e comportamento das pessoas, perigos específicos, uso de álcool e drogas, origem e número de participantes, distribuição espacial e atenção dos serviços públicos dispensada aos mesmos.

Neste sentido, também conhecer o tipo e as características do evento é importante pois, de certa forma, este pode ser indicativo do comportamento das multidões, as horas de maior aglomeração, a época do ano em que são realizadas, etc. Assim, constatámos a existência de 29 eventos de massas dispersos por todos os municípios do Alto Minho e de tipologia bastante diversificada desde cariz religioso, festas, feiras, romarias, festivais, eventos desportivos, cada um deles repleto de especificidades que geram preocupação no que concerne às questões de socorro.

Constatámos que a época de verão é aquela onde a incidência é maior, sendo agosto o mês que mais se destaca, contabilizando 11 iniciativas. Salientamos ainda que, durante a época de verão a população no Alto Minho aumenta consideravelmente, para isso contribuem também os emigrantes portugueses que espalhados pelo mundo regressam em férias, assim como, um turismo cada vez mais expressivo. Os eventos também colaboram para essa escalada de pessoas no território pois existem eventos que pela sua dimensão atraem muitos visitantes como é o exemplo das Festas em Honra da Nossa Senhora da Agonia em Viana do Castelo pois estima-se que esta Romaria atrai anualmente cerca de 1 milhão de visitantes (Camara Municipal de Viana do Castelo, 2019).

Outro aspeto relevante é a duração dos eventos. No Alto Minho percebemos que para além dos grandes eventos se concentrarem no mês de agosto têm a duração de vários dias, sendo no mínimo 3 dias cada um. Assim, as festividades prologam-se por muitos dias, com sobreposição, ou seja, existem iniciativas em simultâneo em distintos municípios.

Desde logo percebe-se a necessidade imediata de uma articulação e ação conjunta entre as cúpulas e o terreno, pois de imediato se denota uma necessidade acrescida, que se prende com a criação de um calendário intermunicipal de eventos podendo assim ser percecionado os eventos em si, mas também a sua distribuição no calendário atendendo às sobreposições pois estas poderão desenvolver alguma forma de pressão sobre diversas entidades que concorrem para o socorro sob pena de criar constrangimento na sua forma de normal desempenho levando a situações muito críticas em situação de catástrofe.

Outro aspeto que importa ressaltar é que apesar das situações complexas apresentadas, o facto é que, os grandes eventos são necessários à comunidade, por aquilo que representam para a economia local. Em 2020, devido à Pandemia (COVID-19), foram anulados todo o tipo de eventos e concretamente *“o cancelamento das principais romarias do Alto Minho que representou uma perda de receitas na economia local na ordem dos 30 milhões de euros”* (Sapo, 2020).

Atendendo ao impacto económico que estas iniciativas representam para a manutenção ou desenvolvimento de alguns setores da economia local, para que se evitem acidentes, garantindo a segurança máxima das populações, será de todo importante uma análise profunda por parte de todas as entidades responsáveis no sentido de criar planos de prevenção e de resposta a situações de catástrofe ou emergência multivítimas adequados tornando os grandes eventos mais seguros.

Intervenção mobilizada pelas Corporações de Bombeiros no processo de planeamento de socorro

Gerir um cenário de acidente grave ou catástrofe requer sempre uma fase de preparação, a qual, inclui a elaboração de planos, desenvolvimento de acordos e ministração de formação. No entanto, em qualquer planeamento de intervenção é importante o envolvimento de todas partes as interessadas ou intervenientes. Neste contexto, pareceu-nos pertinente conhecer a intervenção das Corporações de Bombeiros no planeamento de socorro no Alto Minho. Da análise efetuada aos discursos dos participantes emergiu a área temática *“Intervenção mobilizada pelas Corporações de Bombeiros no processo de planeamento de socorro”*, da qual sobressaíram 2 categorias *“Planeamento”* e *“Reforço de meios”*.

A categoria *“Planeamento”*, refere-se à participação das Corporações de Bombeiros no planeamento de eventos propriamente dito, e a categoria *“Reforço de meios”* é referente aos recursos mobilizados pelas Corporações de Bombeiros para o socorro os eventos referenciados.

A existência de planeamento de socorro tem o desígnio de integrar as diversas organizações num alinhamento comum a diversos níveis. Assim, tendo em conta os Corpos de Bombeiros como um dos possíveis parceiros na área do socorro, tentámos perceber qual a intervenção destes no planeamento dos eventos referidos.

Pela análise das unidades de registo desta área temática, podemos constatar que a intervenção das Corporações de Bombeiros no processo de planeamento é existente em 4 municípios, no entanto, verificámos que apenas existe parcialmente ou é inexistente nos restantes 6. Quando a intervenção existe ou existe parcialmente ela operacionaliza-se na participação em reuniões prévias com as entidades envolvidas (a título de exemplo, a GNR, Entidades de Segurança Privadas, Corpos de Bombeiros), para uma observação atenta das condições, conjuntamente com outras entidades locais. Por outro lado, percebemos que existem, contudo, 4 municípios em que a intervenção é inexistente, em que as Corporações de Bombeiros não são incluídas no processo de planeamento, não fazendo parte nem sendo auscultados.

Por vezes pode ser complexo o processo de planeamento dentro de um município, e a nível do distrito a situação piora com as sobreposições de eventos, como refere um dos participantes *“Em cada Município não se faz qualquer tipo de planeamento com os municípios restantes, e, portanto, significa que pode, e vai acontecendo, em que há eventos com grandes aglomerados de pessoas em simultâneo, no Alto Minho. Agosto é exemplo disso”* E11, o que na prática significa a possibilidade de existirem vários grandes eventos a decorrer simultaneamente no distrito, como é o caso da Festa da Sr.^a das Dores em Monção e a Romaria da Sr.^a da Agonia em Viana do Castelo que decorrem no mesmo período e ambas concentram milhares de pessoas.

Dos depoimentos obtidos, foi possível perceber que todas as Corporações de Bombeiros mencionaram que independentemente de fazerem ou não parte do planeamento nos municípios, reforçam os seus meios para tentar fazer face aos eventos de massas mencionados. Neste estudo entendemos como reforço de meios o aumento do número de Bombeiros de serviço face aquilo que está estabelecido e planeado para dias normais em que não há eventos. Aumentando os recursos humanos será possível garantir as viaturas necessárias e dispor de efetivo humano para dotar as equipas, minimizando a necessidade de recorrer a alertas de emergência como por exemplo o envio de SMS ou toque de sirene.

O facto de a totalidade das corporações aludirem a esta realidade poderá deixar aqui uma tônica importante sobre o modo de funcionamento destas organizações, por vezes atuando sob grande esforço, como é possível perceber no seguinte testemunho, “*Tem de ser o efetivo quase todo disponível para conseguir fazer face*” (E10). Aqui temos a perceção do esforço realizado pelas corporações para conseguirem ter operacionais suficientes para tentar dar resposta às solicitações. Depreende-se a existência de recursos materiais e humanos limitados que terão de ser geridos com muita eficiência para dar resposta às necessidades muitas vezes acima do que seria de esperar. Perante esta realidade de constantes solicitações, estamos convictos de que para um processo de planeamento para socorro adequado será obrigatório um bom diagnóstico de situação, onde à partida, todas as partes envolvidas devem ter uma intervenção efetiva de forma a identificar todas as necessidades e realizar a gestão estratégica dos recursos humanos possíveis e disponíveis, condicionada por algumas variáveis, mas necessitando de ser contingentes (Esteves, 2008). Salientamos ainda, que vários participantes referiram existir nas corporações uma preparação interna e um reforço voluntário. Tais evidências transparecem a ideia de que há um planeamento individual para a gestão de risco de catástrofe realizado por iniciativa própria. Podemos também depreender, através dos depoimentos que o reforço de meios ocorre com base nas lições aprendidas, no conhecimento adquirido, de experiências anteriores no terreno relativa a grandes eventos, o que coloca antecipadamente os responsáveis das corporações alerta para os riscos inerentes.

A manutenção de eventos antigos e com tradição onde participam grande número de pessoas, assim como a criação de outros novos que no futuro se desenvolvam ao ponto de serem considerados eventos de massas, é sem dúvida, considerado pelos municípios sinal de prosperidade. No entanto, cada vez mais a organização destes eventos será revestida de grande complexidade e responsabilidade, talvez a carecer cada vez mais de um planeamento pormenorizado. Para tal, será de todo conveniente que os *stakeholders* sejam envolvidos e tenham parte nesse processo de planeamento. A área do socorro deverá ser sempre uma das partes integrantes desse planeamento, pois as questões de segurança são uma exigência fundamental e legal. Tal como refere (Castro *et al.*, 2014) “*plano de preparação e resposta para acidentes com múltiplas vítimas deve estar em concordância com as legislações e regulamentações vigentes*”.

Neste estudo pudemos perceber que no Alto Minho esta realidade ainda não é totalmente posta em prática. De facto, verificámos que de um modo geral a intervenção das corporações de bombeiros no processo de planeamento de socorro é bastante limitada, em várias situações é até inexistente. Neste contexto, na nossa

opinião seria de todo prudente a inclusão e auscultação dos parceiros locais de forma antecipada para realizar nomeadamente o diagnóstico de situação que, como qualquer gestor sabe, é a primeira fase de qualquer planeamento. Para isso, é fundamental a identificação das oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, e neste sentido destacam-se os Bombeiros, como forças de proximidade da comunidade que conhecem de perto as populações, os eventos, as localidades, as distâncias entre eventos e unidades de saúde, etc. O ciclo de gestão de catástrofe de Stefan Olsson (2009) aponta para a prevenção, preparação, resposta e recuperação. Efetivamente, acreditamos que a maior aposta deverá ser na antecipação, ou seja, na prevenção e preparação, fase que inclui, “*a elaboração de planos, o desenvolvimento de acordos e formação de como gerir uma situação de acidente grave ou catástrofe. Esta fase envolve a elaboração de planos de contingência que incluem estratégias e ações de como gerir uma situação de catástrofe bem como recuperar de tal situação de emergência no menor tempo e custo possível. A fase de prevenção e preparação não devem ser vistas como fases isoladas visto que devem ocorrer nos mesmos momentos. O processo de identificar e reduzir riscos e preparar planos para lidar com essas situações, é algo que pode ser feito simultaneamente. Isto porque não é possível fazer planos de contingência planear para ameaças que ainda não foram identificadas*” (Paiva, 2017). Nesta ótica estamos convictos que o envolvimento dos corpos de bombeiros no planeamento é imprescindível para o sucesso das ações.

Apesar da participação limitada no planeamento do socorro, as corporações dos bombeiros mobilizam a sua intervenção no socorro por outras vias, em que reforçam os seus meios para tentar fazer face aos eventos de massas.

A existência ou a criação de dispositivos, também conhecidos como pedidos de apoio ou colaboração, dedicados a uma determinada iniciativa, por vezes tem por detrás todo um processo de planeamento e organização estrutural onde a implementação do socorro está determinada de forma muito precisa, podendo apenas necessitar de prestador de serviço capaz de operacionalizar. Mas, o oposto também é suscetível de poder acontecer.

Revisitando Sanders *et al.* (1986), onde segundo ele os organizadores dos eventos têm a responsabilidade de garantir serviços de emergência aos participantes do evento. Cruzando com a opinião de Oliveira (2007) um dispositivo de emergência médica dedicado a um evento deverá estar interligado com o existente e não diminuir de forma alguma a capacidade de resposta do dispositivo habitual de resposta de emergência médica local, poderemos ter no Alto Minho a necessidade de impulsionar de forma sustentada os dispositivos ou pedidos de apoio e de colaboração.

No entanto, observando toda esta dinâmica de uma forma integrada, colocando numa mesma equação a necessidade de apoios e/ou dispositivos para eventos, o aumento muito significativo da população na região, o socorro habitual à população nas mais variadas vertentes (fogos urbanos, industriais, desencarceramento, emergência pré-hospitalar, compromissos assumidos com os transportes de doentes não urgentes para tratamento) realça a necessidade de recursos humanos em número elevado, capazes de sustentar as solicitações.

Outra forma de fazer face a tantas solicitações poderá ser através do desenvolvimento de ações compensatórias estruturadas e bem planeadas de outros *stakeholders* por forma a mitigar o impacto sobre uma estrutura ou organização, e dessa forma, por exemplo, descentralizando e aproximando a unidade de saúde do evento, encurtando distâncias e tempos de socorro, triando e tratando, evitando o aumento substancial na afluência ao serviço de urgência mais diferenciado como é o caso do Serviço de Urgência Médico Cirúrgica de Viana do Castelo, de uma forma constante tentando ser um meio de potenciar e adestrar equipas de forma constante, antecipando assim uma resposta a situações complexas e não apenas em situação de reação à catástrofe.

Uma parte considerável dos apoios solicitados aos Bombeiros são na área da emergência médica, portanto, pareceu-nos importante analisar o número máximo de meios possível nos Corpos de Bombeiros do Alto Minho para fazer face ao apoio a eventos de massas e alguma situação de emergência que se possa verificar. Assim, foi apurada a existência de 53 viaturas, sendo que, consideramos, do conhecimento que detemos do terreno, que possivelmente cerca 10% destas poderão estar inoperacionais, devido a avarias, manutenções ou mesmo acidentes. Porém, convém referenciar que este volume de viaturas se enquadra no normal funcionamento diário das localidades. Efetivamente, as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e a Autarquia que detém uma Companhia de Bombeiros Sapadores, possuem os meios tendo em linha de conta as suas necessidades de socorro efetivo diário. Significando isto, que o volume de viaturas só existe porque independentemente de há alguns anos esta parte a entidade com responsabilidade máxima na prestação do socorro pré-hospitalar além de um papel de regulador e coordenador se ter assumido também como prestador de serviços, os Corpos de Bombeiros continuam a ter a necessidade de aumentar ou renovar a sua frota para poderem socorrer as populações diariamente. Não devemos talvez, equacionar esta existência à margem desta solicitação diária, ou, como sendo uma reserva estratégica de viaturas que existe disponível para situações de acidente grave ou catástrofe, pois estes meios fazem falta real e efetiva todos os dias do ano.

Outro aspeto a salientar é que a existência de recursos técnicos, materiais ou equipamentos só fazem sentido se forem acompanhados de recursos humanos capazes de os guarnecer ou operar. A par do número de viaturas que são necessárias para o desenrolar das ações, é fundamental a existência de Bombeiros capacitados e em número suficiente, pois como podemos perceber nos números apresentados para o Alto Minho, é um sector onde se vive a realidade da perda de operacionais. O Alto Minho viu reduzir nas últimas duas décadas o seu número de elementos para quase metade, o que é no mínimo preocupante, pois de 1077 elementos existentes em 2001 (Pordata, 2020) nos quadros das 12 corporações, nos dias de hoje, em 2022, este número é de 672 (RNBP, 2022). Destes uma parte é profissional, desempenhando a sua atividade regida pela legislação vigente, mas, uma grande parte é voluntária, e isto significa, que tem outra atividade profissional e daquele que efetivamente é seu tempo, disponibilizam-no para apoiar a sua comunidade. É desta forma paradoxal onde a simplicidade aparente da existência de recursos humanos contrasta com uma dificuldade extrema em gerir o socorro 24 horas por dia, todos os dias do ano. E, obviamente, quando precisamos de socorro, todos desejamos rapidez, eventualmente sem nunca termos parado para pensar se existem recursos humanos suficientes para socorrer atempada e eficazmente.

Sublinhamos ainda que, todos os Corpos de Bombeiros do distrito de Viana do Castelo, perante a existência de eventos de massas, reforçam internamente a capacidade de resposta para fazer face a um aumento significativo de incidentes, independentemente das dificuldades que cada uma das corporações apresenta. Esta medida de antecipação espontânea, emerge como tentativa de melhor servir e estar preparado para situações de exceção, independente de terem dispositivo dedicado. Os Corpos de Bombeiros estão muito ligados e enquadrados com a criação de dispositivos com áreas distintas ou específicas, quer seja para os fogos rurais (DECIR - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais) ou prevenção rodoviária (DIPIR - Dispositivo Preventivo de Intervenção Rodoviária), com planeamento atempado, enquadrados naquilo que são as lições aprendidas de anos transatos e cruzando com previsões assentes em informações emanadas pelas organizações responsáveis, tentando antecipar de modo a poderem reagir o mais precocemente possível. Nem sempre esta forma de planeamento é assim tão linear, pois se grande parte das organizações têm as suas dificuldades, obviamente, os Corpos de Bombeiros não são exceção. Além destes dispositivos existem muitas situações que os Corpos de Bombeiros se ajustam, até mesmo dentro de dispositivos já abordados ou outras situações como a previsão de intempéries, robustecendo-se num curto hiato de tempo (por vezes escassas horas) com a finalidade de capacitar as respostas.

Grande parte do processo de planeamento não é visível, é, portanto, apenas alvo de apreciação e escrutínio quando algo possa correr menos bem. No entanto, o planeamento poderá carecer de ser impulsionado ou simplesmente repensado com a premissa de que poderemos sempre melhorar, e isto, não é sinónimo de que, aquilo que existe esteja mal elaborado.

Constrangimentos das Corporações de Bombeiros na prestação de socorro

As Corporações de Bombeiros, devido à natureza de imprevisibilidade da sua intervenção, estão expostas a vários constrangimentos, os quais podem dificultar uma ação de socorro adequada e eficaz. Assim, neste pressuposto pareceu-nos pertinente conhecer os constrangimentos na prestação de socorro na perspetiva dos responsáveis das corporações, dando origem à área temática “Constrangimentos das corporações de bombeiros na prestação de socorro”, donde sobressaíram 3 categorias: “Número de socorros”; “Acesso e Corredores de Emergência” e “Trânsito”.

No que diz respeito ao “Número de socorros” como constrangimento, considerámos para este estudo as unidades de registo referentes ao constrangimento provocado devido à quantidade de socorros ser superior à média diária habitual, sendo 6 os participantes a mencionar esta situação.

De uma forma geral parece existir um aumento de socorros coincidente com a realização dos eventos podendo estar ou não diretamente relacionados. Denota-se, em alguns eventos, a presença de ambulâncias de socorro no recinto de forma contínua. Verificámos assim disparidades de atuação, para a qual existirão diversas razões para o facto, desde logo a insuficiência de recursos, a insuficiência de planeamento, metodologias de gestão de risco diferentes, etc. Foram relatadas também algumas vivências relativas a eventos passados que ficaram na memória dos entrevistados, protagonizando grandes constrangimentos e como conseguiram ultrapassá-los. Uma delas relacionadas com uma situação inusitada em que foram assistidas simultaneamente mais de meia centena de pessoas. Assim como um relato específico em que após ter sido criado um hospital de campanha a situação melhorou com a redução substancial dos transportes realizados. Percebemos nitidamente tratar-se de uma metodologia de intervenção.

Relativamente aos “Acessos e Corredores de Emergência” como constrangimento ao socorro são consideradas neste estudo as unidades de registo referentes à sua inexistência, ou insuficiência. Da totalidade dos participantes, 6 mencionaram a inexistência de acessos e corredores devido: não estarem implementados, como se observada no depoimento. “*um caso de peso que é*

estrutural são os chamados corredores de emergência que não existem [...] podem estar planeados no papel, na prática eles não existem” E2; a uma possível falta de formação/sensibilização da população, visível no depoimento “[...] *as tendas da feira e feirantes que impedem por vezes a circulação dos meios de socorro, e depois temos as pessoas na rua que não há qualquer forma de a ambulância se deslocar [...]*” E3; Acessos difíceis tal como evidência a seguinte unidade de registo “[...] *torna praticamente intransitável na Vila, os veículos de socorro*” E10.

Na categoria “Trânsito”, como constrangimento, é neste estudo considerado o grande número de viaturas em circulação nas vias de acesso ou saída dos eventos, cujo fluxo normal fica comprometido, congestionando de forma comprometedora o escoamento e circulação fluida nas vias.

O grande fluxo de massas humanas, também é acompanhado de grande número de viaturas que se movimentam na ida e regresso dos eventos, tudo isto aparenta gerar problemas no acesso às vítimas a necessitar de socorro, na deslocação às unidades de saúde e obviamente, no regresso da unidade de saúde. Efetivamente, o trânsito é reportado como sendo um elemento muito influenciador no desempenho do socorro em grandes eventos, disso temos perfeita consciência com o depoimento “[...] *portanto, fica tudo condicionado e o trânsito processa-se muito lentamente, até quando falamos da distância de [...] aproximadamente 11 km, e isso, é recorrente*” E11. No entanto, nem só de grande número de carros e pouca fluidez nas vias se caracteriza esta categoria, pois também o mal estacionamento de veículos pode ser um obstáculo à circulação viária, sendo também necessário a intervenção de distintas equipas de socorro para ser possível socorrer as vítimas como mostra o seguinte depoimento “[...] *quando há eventos de massas há muito desrespeito daquilo que são as regras de trânsito, estacionamentos e já tivemos situações [...] em que [Bombeiros] tiveram de andar a arrastar carros para a ambulância poder circular*” E4.

Numa análise agregadora, aquilo que mais constrangimentos gera, curiosamente não são a falta de recursos humanos e/ou técnicos em si mesmo, mas sim o conjunto de dinâmicas ou realidades presentes no Alto Minho, relacionadas especificamente com o aumento do número de socorros prestados, com o aumento de trânsito e com as dificuldades nos acessos e corredores de emergência, que não sendo estáveis, podem com discreta facilidade desequilibrar a harmonia, a paz e o bom decorrer dos eventos que atraem muitos visitantes e participantes. Desta forma, vejamos a título de exemplo algumas situações que explicam alguns dos constrangimentos: o aumento da população no período de verão por todo o território do Alto Minho, que direta

ou indiretamente poderão estar ligados com o aumento do número de serviços de emergência médica nos Corpos de Bombeiros; o aumento dos incêndios rurais, facto que não pode ser excluído, pois segundo os relatórios anuais elaborados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, o Alto Minho é sistematicamente (há cerca de 40 anos) uma das regiões de Portugal com mais ignições e incêndios, e que consome muitos recursos e por muito tempo. Este é o cenário envolvente e habitual daquilo que são os eventos de massas no Alto Minho especialmente os que se realizam durante o verão, pois estes não acontecem de forma isolada da sociedade que os rodeia, mas sim em simultâneo. As organizações como os Corpos de Bombeiros que são a resposta, ou parte dela, em todos os municípios do Alto Minho são na realidade os primeiros guardiões das comunidades.

Após a reorganização da rede de urgências em Portugal, a resposta da Unidades de Saúde no Alto Minho ficou na maioria dos casos mais distantes das situações de emergência, dado que de uma forma geral todas as situações de socorro convergem para 3 pontos que são o Serviço de Urgência Medico Cirúrgica de Viana do Castelo e os 2 Serviços de Urgência Básica de Ponte de Lima e de Monção. Esta situação exige um número de carros e de equipas em constante viagem nas estradas e acaba por ser um dispêndio de meios e de tempo significativo para as entidades de socorro, aspeto que tem a sua tradução e possível impacto nos Serviços de Urgência como teremos oportunidade de observar mais adiante.

Por outro lado, e em paralelo, os Serviços de Urgência de evacuação podem estar mais longe do que estavam. Poderá isto significar que, as viaturas em serviço estão constantemente envolvidas em filas de trânsito, algumas delas com expressão apreciável, nestas condições torna-se complexo manter a capacidade de socorro pensando somente na sua forma normal, equacionando situação de exceção ou catástrofe poderá ser expectável de piorar consideravelmente.

As insuficientes ou inexistentes acessibilidades aos locais dos eventos e corredores de emergência nos recintos são constrangimentos que devem ser minimizados. As acessibilidades são consideradas necessidades basilares, antecipando até situações de exceção que possam ocorrer. A existência de estruturas, designadas corredores de emergência, implementadas no terreno, como forma de socorrer nas mais diversas e variadas formas, inclusive pelas forças de segurança, permitindo assim a partilha dos canais de emergência. Acreditamos ser complexo e de difícil a sua implementação em alguns locais, porém não em todos. Ultrapassar estas dificuldades poderá passar, em primeira instância, por planear e depois implementar, mas com a sensibilização de todos (promotores, forças de segurança e socorro, demais entidades e o cidadão), para a real necessidade de efetuar uma adequada gestão do risco.

O aumento do trânsito, explicado pelo aumento substancial de pessoas e das respetivas viaturas durante os eventos, é considerado um sério problema que se torna mais comprometedor quanto maiores são os percursos a realizar para participar nesses eventos. Como podemos observar nos dias de hoje, as viaturas dos populares circulam para os eventos em média com 2 pessoas, ao contrário daquilo que se verificava nos anos 80 e 90, onde as viaturas frequentemente circulavam no mínimo com 5 pessoas, onde se utilizavam mais veículos motorizados de 2 rodas, verificando-se que os problemas de estacionamento e de arrumação eram muito menores face à realidade atual. Deste modo, e com uma alteração social fruto dos tempos, presentemente, são necessários espaços cada vez maiores para estacionamento do grande número de viaturas, o que muitas vezes é extremamente difícil. Em algumas localidades foram criados parques e locais de estacionamento que muito tem contribuído em termos organizacionais, no entanto, essa dinâmica não é ainda generalizada e ou possível estruturalmente. E mesmo com a existência de parques é recorrente a grande dificuldade de circulação resultante do grande fluxo de veículos ou do seu estacionamento.

Por outro lado, alertamos que se existirem parques de estacionamento, também será necessário garantir a segurança minimizando riscos, porque é sabido que já existiram incidentes em locais semelhantes. Assim, mesmo considerando a existência de locais suficientes para todas as viaturas estarem bem estacionadas e em segurança, no entanto interrogamo-nos, será que vão estar efetivamente? Os responsáveis pelo evento e pela segurança do mesmo devem colocar na equação de gestão do risco todas estas variáveis.

Resumindo, os constrangimentos na prestação de socorro são diversos, estando relacionados com o número de socorros a efetuar, como a existência de obstáculos vários no acesso e transporte da vítima, ou mesmo o trânsito existente, onde pode emergir uma necessidade premente de formação cívica das populações sobre a temática, pois uma população culta, informada ou sensibilizada será também uma população, mais segura.

Tendo em conta os constrangimentos apresentados, e as edições dos eventos que se sucedem de uma forma regular nos mesmos locais e em datas semelhantes, e sendo eles planeados, deveria ser expectável que tudo o passível de ser melhorado fosse incrementado nas edições seguintes. Efetivamente, percebemos que na atualidade o socorro reveste-se de uma dimensão puramente emergencial e humanitária, no entanto, acreditamos que esta metodologia deverá progressivamente evoluir para um paradigma de antecipação de gestão do risco. Nitidamente inspirada numa metodologia de prevenção *versus* intervenção.

Preocupações das Corporações de Bombeiros na prestação de socorro

O modo como as situações de emergência pode ocorrer, coloca todos aqueles que têm responsabilidades na sua gestão sobre uma amálgama de preocupações. A forma inusitada e imprevisível como elas acontecem, preocupa aqueles que estão no setor, conscientes dos riscos, pois existem situações que se tornam complexas no entanto outras já nascem complexas.

Assim, surge a área temática “Preocupações das corporações de Bombeiros na prestação de socorro”, e nela edificámos as seguintes categorias: Desequilíbrio entre as necessidades e as respostas; Iliteracia da população civil; Dimensão do acidente; Inacessibilidade do local acidente; Risco de catástrofe; Demora média do serviço.

As preocupações das Corporações de Bombeiros na prestação de socorro, são várias e diversificadas sendo possível perceber que o apoio na segurança dos eventos de massas são apenas uma parte daquilo que diariamente as corporações dos bombeiros fazem. Neste sentido, emerge a categoria “Desequilíbrio entre as necessidades e as respostas” mencionado por 2 participantes aludindo à preocupação gerada pelo facto de que os recursos existentes têm de ser distribuídos pelas múltiplas solicitações e tarefas que estão a cargo das corporações e que, por vezes, poderão não ser suficientes, como demonstra o seguinte testemunho “[...] *há ansiedade porque temos que pensar no efetivo para fazer combate aos incêndios, temos de assegurar a emergência pré-hospitalar ao concelho, principalmente por causa das festas [...] e temos de estar a contar que a qualquer momento pode haver uma situação de exceção [...]*” E10.

A categoria “Iliteracia da população civil”, enquanto preocupação mencionada por 2 participantes, está relacionada com a falta de comportamentos seguros por parte da população, que denota falta de conhecimento e compreensão relativa às medidas de segurança a adotar em circunstâncias de risco, tal como mostra este testemunho “*Por mais organização que haja, as pessoas circulam pela estrada, pelos passeios, e há sempre preocupações [...] não há planeamento que resista quando temos mais de 1 milhão de pessoas*” E1.

A “Dimensão do acidente” emergiu também como uma preocupação mencionada por 2 participantes, um deles refere “[...] *eu recorde-me [...] do festival [...] em que por alguma coisa que aconteceu e que alastrou aos restantes e viu-se o que aconteceu, 400 carros arderam [...]*” E11, neste depoimento está implícita uma preocupação velada com os acidentes de grande dimensão.

A categoria “Inacessibilidade do local acidente” surge como preocupação mencionada por 2 participantes, relacionada com os eventos em que o acesso ao local

onde se encontra a vítima ou é inexistente ou é muito difícil, como mostra o seguinte testemunho “[...] *aqui tem a ver com eventos de âmbito desportivo ou de natureza em que são praticados no meio da floresta e que muitas vezes os meios não conseguem aceder à totalidade dos locais ou do percurso do evento [...]*” E5.

O “Risco de catástrofe” é uma das preocupações relatada por um dos participantes em que refere “[...] *era impensável garantir o socorro no evento apenas com uma ambulância [...]. Felizmente não tem havido nada de mais. Mas, contudo, as preocupações são muitas. As catástrofes podem aparecer*” E8. De facto, a possibilidade de que a qualquer momento poder acontecer uma catástrofe é algo que gera preocupações, nomeadamente aos responsáveis das corporações.

A “Demora média do serviço”, categoria mencionada por 1 participante, revela a preocupação gerada pelo tempo despendido na realização de um serviço, como podemos verificar no seguinte testemunho, “*Um dos grandes constrangimentos e stress pode nem ser o número de serviços, mas o tempo do serviço*” E9.

Ter conhecimento da realidade, exercendo funções e responsabilidades na área do socorro, vivendo em proximidade e tendo sensibilidade com as situações que podem provocar acidentes graves ou catástrofes, acaba por gerar um conjunto de sentimentos e sensações em que a manifestação individual e indivisa, preenche cada um dos entrevistados sempre e em cada grande evento, no antes, no durante e até que tudo termine, e, inevitavelmente, no próximo ano ou evento, novamente envolvidos numa amálgama de preocupações que se prendem todas elas com as situações de risco potencial, identificadas no estudo.

Com a preocupação constante do risco de catástrofe, potenciada pela complexidade inerente aos grandes eventos no Alto Minho, relaciona múltiplas variáveis, condicionadas pelas especificidades e singularidades relativas ao enquadramento territorial, cultural e social, podemos de facto, de uma forma geral e objetiva, estar perante uma realidade em que:

- Diminui o número de Bombeiros;
- Aumenta o número de eventos;
- Aumenta o número de serviços e/ou solicitações;
- Aumenta a distância de acesso à saúde;
- Aumenta o tempo despendido no trânsito;
- Grande número de incêndios rurais, consumindo muitos recursos e durante muito tempo.

De facto, podemos perceber que as preocupações dos responsáveis das corporações dos bombeiros estão relacionadas não só com as situações de risco ou potenciadores deste, ou seja, com a dimensão do acidente, inacessibilidade do local acidente, risco de catástrofe, Iliteracia da população civil, mas também,

os preocupa o desajuste dos meios e infraestruturas de resposta às eventuais necessidades, nitidamente perceptível quando referem a demora média do serviço e o desequilíbrio entre as necessidades e as respostas.

O desequilíbrio entre as necessidades e as respostas, onde o aumento generalizado de solicitações e necessidades contrasta com a diminuição acentuada de recursos, por exemplo humanos, que, tem vindo a ser excessivamente reduzida no distrito de Viana do Castelo, assim como as medidas compensatórias, e que na nossa opinião, não se vislumbra grande capacidade de reversão da tendência dos últimos 20 anos. No entanto, acreditamos que é neste setor onde entidades responsáveis podem intervir, ajustar e melhorar a resposta integrada numa visão integrada de gestão de risco de catástrofe.

Percecionamos a preocupação efetiva com os comportamentos da sociedade civil, numa sociedade onde a informação e a formação estão cada vez mais disponíveis, de facto continuamos a ser espectadores de erros grosseiros sobre o respeito, as regras e regulamentações daquilo que é a vivência em sociedade organizada, os quais esperávamos ver reduzidos, mas que, em algumas situações verificamos estar na presença de uma regressão comportamental e cívica de relevo, o que, não facilita de todo ações de prevenção ou mitigação de risco.

O risco de catástrofe e a dimensão do acidente, dimensões que muito preocupam as organizações envolvidas no socorro, mostram a consciência da situação e da forma articulada como tudo se desenvolve e acontece no mundo real, tornando-se de difícil abstração. Efetivamente, num olhar atento verificamos que uma possível desordem gerada pelos grandes eventos poderá implicar uma reação em cadeia e assim, aumentar os tempos de resposta no socorro às vítimas e à sua libertação para voltarem a ficarem disponíveis. Quem tem recursos limitados e compromissos para cumprir, a gestão de emergência torna-se extremamente complexa quando os eventos possam tender a serem suportados nos dispositivos normais, negligenciando a necessidade de efetuar planos dirigidos e específicos para cada grande evento.

A percepção constante de que algo poderá sempre correr mal, contrapondo a dificuldade na gestão dos recursos humanos é cada vez maior, numa sociedade com muito maior solicitação e num universo de ativos cada vez menor, a análise das dinâmicas dos eventos, conhecer o histórico de acidentes, a segurança e os recursos disponíveis será fundamental para a preparação de uma resposta adequada.

Aspetos influenciadores da resposta das unidades de saúde na evacuação na perspetiva dos Corpos de Bombeiros

As unidades de saúde são um dos elos da estrutura do sistema de socorro e emergência. Neste sentido,

quisemos perceber qual é a percepção sobre a resposta das unidades de saúde enquadrada na gestão de risco de catástrofe na ótica de organizações externas, neste caso em concreto as Corporações de Bombeiros, as quais constantemente acedem a estes serviços de urgência que segundo informação dos corpos de bombeiros do Alto Minho só no ano de 2021, no Alto Minho, realizaram mais de 23000 serviços/intervenções/prestações na área do pré hospitalar, o que permite uma grande percepção do desempenho destes serviços e por isso possibilitou uma vasta recolha de informação. Assim, emergiu a área temática “Aspetos influenciadores das respostas das unidades de saúde de evacuação percecionada pelas corporações de bombeiros” e identificadas 9 categorias de forma a melhor explicar o conteúdo significativo do manancial recolhido, que designamos: distância; aumento do tráfego; tipo de rede viária; tipologia das unidades de saúde; lotação do serviço de urgência; retenção dos meios de socorro nas unidades de saúde; reforço de equipas; dotação dos serviços; planeamento inadequado.

Na percepção dos participantes, são vários os aspetos influenciadores das respostas das unidades de saúde de evacuação. A “distância” é referida por 5 dos 12 Corpos de Bombeiros, diz respeito ao espaço que medeia o percurso entre o local do incidente e os Serviços de Urgência, neste caso, o Serviço de Urgência Médico Cirúrgico em Viana do Castelo, ou os Serviços de Urgência Básicos em Ponte de Lima e Monção. Grande parte das unidades de registo têm a sua génese a grandes distâncias, as quais se podem traduzir em graves obstáculos no socorro em tempo oportuno, prestado às vítimas.

Para 5 dos participantes outro dos aspetos que influencia a resposta das unidades de saúde de evacuação é o “aumento do tráfego”. Que revela maior consumo de tempo na transposição das distâncias durante os eventos e/ou verão quando comparados com o restante período do ano, atribuindo ao facto da existência de maior tráfego nas estradas, como nos revela o seguinte relato “[...] são 30 minutos ida e volta mais socorro, [...] no pico do verão entre trânsito e com a afluência do Hospital isso pode-se traduzir em 3 horas” E5.

Relativamente às condições das estradas portuguesas o “tipo de rede viária”, também influencia a resposta das unidades de saúde de evacuação, categoria referida por um 1 entrevistado.

No que diz respeito à percepção dos participantes face à resposta das unidades de saúde de evacuação, 2 participantes referiram que tipologia das unidades de saúde”, como aspetos que influenciam, quer seja a referência da evacuação para um Serviço de Urgência Médico Cirúrgico ou para um Serviço de Urgência Básico, e que em muito tem a ver com o movimento da unidade de saúde que implica muitas vezes o aumento da demora de atendimento, como se constata no seguinte relato

“[Um Serviço ao SUB] entre a deslocação, mais o tempo que temos de aguardar pela triagem, mais o tempo para passar o utente ou vítima é, à vontade, 2 horas [...] [Um serviço ao SUMC Viana] é mais, mas também tem muito mais movimento. Demoramos muito mais tempo na triagem, são 3 horas à vontade[...]” E10.

Os participantes percecionaram que a “lotação SU”. Também é um aspeto influenciador da resposta das unidades de saúde de evacuação. Nesta categoria verificámos que todos os entrevistados aportaram informação sobre a lotação do Serviço de Urgência relacionada com maior procura da unidade de saúde em momentos de eventos e verão excedendo desta forma a sua lotação, como mostram os seguintes depoimentos *“Com os eventos, tudo altera, desde o atendimento à triagem, começa a haver um fluxo muito maior [...] e começa a condicionar”* E3 e *“[...] tem sempre muita gente nessas épocas, os Hospitais estão cheios”* E10.

Foi possível aferir que a perceção dos entrevistados sobre o tempo de atendimento que sendo um tempo médio que não acarreta problemas para as entidades de socorro. Não obstante, têm consciência que se está a abordar um aspeto que tem um elevado grau de sensibilidade à variação do número de utentes pois as situações podem rapidamente alterar para pior. Concomitantemente também percecionam que no período de Verão a situação tende a complicar.

O aumento da afluência aos serviços de Urgência deixa os profissionais de saúde assoberbados de trabalho, e dessa forma a fluidez do serviço abranda. Estando as organizações e estruturas projetadas para o atendimento de determinados números de utentes, se estes subirem consideravelmente o tempo de demora média de atendimento tende a aumentar substancialmente.

Uma outra categoria emergente relativa aos aspetos influenciadores da resposta das unidades de saúde de evacuação percecionada pelas Corporações de Bombeiros é a “retenção dos meios de socorro nas unidades de saúde”, onde 7 dos 12 participantes fazem referência a esta situação, e, embora percebendo o limite de funcionamento das unidades de saúde, esta, tem impacto direto na resposta atempada do socorro ao nível dos municípios, que, de uma forma geral atrasa a sua prestação, tal como podemos perceber pelos seguintes relatos *“Muitas vezes espera-se demasiado tempo para a libertação do meio porque estamos à espera de fazer triagem, ou estamos à espera de macam ou à espera de outra coisa qualquer e o meio está INOP”* E2; *“[...] uma ambulância estar parada num Hospital meia hora a uma hora à espera de uma maca às vezes ou à espera de triagem”* E9. Como as situações são desconhecidas e inusitadas, nunca se sabe bem o que está a necessitar de socorro até lá chegar, podemos inferir que o constrangimento poderá não ser tanto a quantidade de

serviços, mas o tempo de demora desses serviços, que se for elevado acaba por hipotecar os meios disponíveis.

A “dotação dos serviços”, também foi mencionada como sendo influenciadora da resposta das unidades de saúde de evacuação. De facto, é importante perceber que uma das perspetivas relativas à situação habitual poderá dar algum ânimo, sabendo que não consideram desde logo uma situação caótica tal como demonstra este depoimento *“O normal, [...] não vejo aqui grandes problemas nos serviços de urgências”* E3. No entanto, a referência de que a dotação se degrada nos dias dos eventos e no período de verão serão efetivamente um dado a ressaltar, como se percebe neste testemunho *“Às vezes estão cheios de macas, às vezes superlotados, queremos macas e não conseguimos ter”* E7. Existindo quem considere os serviços de urgência quase sempre lotados, nos dias dos eventos a situação tende a agravar acentuadamente.

Relativamente à categoria “planeamento inadequado”, em que o depoimento do participante é bastante forte e explícito, dizendo que *“[...] acho que não há uma preparação, não há um trabalho prévio”* E3, dando a imagem daquilo que transparece destes serviços cujo labor diário é imprescindível, mas por vezes dantesco e caótico.

No sentido de indagar sobre a implementação de medidas de antecipação mitigadoras na gestão de fluxo dos Serviços de Urgência, de forma a tentar minimizar o impacto que os grandes eventos no Alto Minho têm no normal funcionamento, os participantes quando questionados revelaram ter a perceção que não existiam reforços, tendo surgido a categoria “falta reforço das equipas”. Assim, ao nível dos Serviços de Urgência embora os entrevistados não afirmem cabalmente não existir esse reforço, os mesmos referem não ter essa perceção, ou não ser notório essa presença mais musculada que evidencie reforços, tal como se constata neste depoimento *“[...] não se nota qualquer reforço da parte deles [serviços de urgência], as equipas são as mesmas [...]”* E8. Na verdade, de todos os entrevistados nenhum afirma ter plena perceção do reforço das equipas de profissionais em funções aquando dos dias de grandes eventos no Alto Minho.

As unidades de saúde de evacuação dão a sua resposta ao socorro, através dos Serviços de Urgência. Estes foram inicialmente configurados para dar resposta aos casos graves, de forma rápida e eficaz, proporcionando assistência em situações de urgência/emergência. No entanto, a possibilidade de atendimento sem marcação prévia durante as 24 horas, poderá estar na origem de acessos indevidos a estes serviços por quem necessita de cuidados de saúde, e não vislumbra outra solução (Xu e Berk, 2009), o que resulta frequentemente em sobrelotação destas unidades.

Num olhar breve às publicações do “Público” (órgão de comunicação social) no mês de março de 2022, podemos ver algumas notícias a nível nacional que nos alertam para uma reflexão profunda, os quais enumeramos de seguida:

- (27 março) Saúde: Cansado de “trabalhar sem condições”, médico veterano abandona SNS (Público, 2022);
- (27 março) Exclusiva entrevista: “As urgências têm de deixar de estar de portas escancaradas” (Público, 2022);
- (31 março) Exclusivo sociedade: “Avalanches” nas urgências pediátricas, com gripe fora de época. Os “velhos” vírus estão de volta (Público, 2022);
- (1 abril) “Governo promete remodelar urgências e deixa cair meta de dar médico de família a todos os utentes do SNS” (Público, 2022).

Mas, não é o único órgão de comunicação a noticiar o assunto. Também a televisão designadamente “SIC Notícias” onde podemos ver:

- (1 abril) País: Urgências sob pressão: má resposta dos centros de saúde é uma das causas. Março foi o mês com maior afluência (SIC Notícias, 2022).

As notícias e entrevistas na comunicação social sobre esta temática têm sido uma constante. Para quem tem responsabilidades ao nível da gestão dos cuidados de saúde, a análise das causas que estão na base desta realidade será possivelmente uma grande preocupação. Autores como Säterhed defendem que “a Gestão de Multidão não trata apenas de controlar a multidão, tem de se conhecer o público do evento e prever possíveis comportamentos inesperados do público que poderão vir a originar uma catástrofe” (Säterhed et al., 2011). Interessante e vasta a temática da gestão das multidões, se tivermos em linha de conta o motivo que poderá explicar as deslocações das massas para os Serviços de Urgência.

A centralidade das unidades de saúde, ou, o atendimento resultante da reorganização da rede de urgências dimensionada segundo o histórico de ocorrências atendidas, trabalhada com as distâncias, sua distribuição geográfica e população existente no distrito resultou na existência de 3 Serviços de Urgência. Aquele que disponibiliza cuidados de saúde mais diferenciados está localizado em Viana do Castelo, denominado de Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico, e que, segundo (Diário da República, 2022) trata-se de um serviço de “segundo nível de acolhimento das situações de urgência, devendo existir em rede, localizando-se como forma primordial de apoio diferenciado à rede de Serviço de Urgência Básica e referenciando para Serviço de Urgência Polivalente situações que necessitem de cuidados mais diferenciados ou apoio de especialidades não existentes no SUMC, definidas nas respetivas redes de referência” pelo que deve estar preparado para dar resposta à população da sua área. Em Ponte de Lima e em Monção localizam-se 2 Serviços de Urgência Básico,

que “são o primeiro nível de acolhimento a situações de urgência, de maior proximidade das populações, e constituem um nível de abordagem e resolução das situações mais simples e mais comuns de urgência” (Diário da República, 2022). Esta é a rede de Serviços de Urgência existente para este território de 2255 km² e pouco mais de 230 mil habitantes (INE, 2021). Aquela que era a resposta de proximidade existente em todos os municípios desapareceu, exceto nos supramencionados. Assim, e se durante grande parte do ano os Corpos de Bombeiros fazem a sua parte no socorro, nos eventos de massas a inexistência de uma resposta em proximidade tem os seus reflexos. A distância a percorrer quer em tempo quer em quilómetros para recorrer às unidades de saúde de evacuação aumentou face ao modelo anterior. Embora no dia a dia seja uma situação em que os bombeiros estão perfeitamente habituados e conseguem dar resposta atempada, nos dias de eventos de massas, o tempo despendido nos percursos e acessos aos serviços torna-se imenso, gerando a retenção de meios nas unidades de saúde e por inerência dificulta uma resposta célere, pois a simultaneidade de serviços e as necessidades são grandes. Muitas vezes o grande esforço realizado pelas corporações no reforço de equipas perde-se em esperas, demoras e viagens “*O que me traz mais dificuldade é o tempo que tenho entre serviços [...] E9, quando o que se espera e necessita é a prestação de um socorro efetivo e atempado. E, a resposta dos Serviços de Urgência nos dias de grandes eventos aparenta ser semelhante aos outros dias, o que na prática “chama para si” as situações, no entanto, depois a resposta de saúde poderá não ser suficiente para o volume de entradas, resultando no colapso das equipas e dos serviços.*

O atendimento e a lotação nos Serviços de Urgência fruto da sua especificidade e imprevisibilidade são, e talvez sejam, sempre imprevisíveis. No entanto, a Direção-Geral de Saúde, que refere:

“Tendo em conta a realidade atual das Unidades de Saúde, nomeadamente o funcionamento quotidiano já no máximo das suas capacidades ou perto deste, a elaboração de um Plano de Emergência torna-se essencial, como ferramenta que reforça a avaliação dos meios de reacção da Unidade de Saúde face a uma situação de crise, definindo regras ou normas gerais de actuação nesse contexto” (Direção-Geral da Saúde, 2010).

O quotidiano das unidades de saúde do Alto Minho, com muitíssimas virtudes, também terão as suas fraquezas. A incidência sobre estas seria importante, numa tentativa de reduzi-las e assim dar um passo na melhoria do processo. Assim, nos Serviços de Urgência do Alto Minho poderão estar a acompanhar aquilo que parece ser do conhecimento da Direção Geral de Saúde

desde 2010. E, as notícias sobre o assunto que em março e abril veicularam nos órgãos de comunicação social, poderão dizer respeito não apenas a uma situação anómala numa determinada região ou unidade de saúde, mas pensamos que é apenas uma amostra daquilo que poderá estar a acontecer por todo o país. Referirmo-nos, concretamente, a serviços que acolhem bastantes utentes, com estrutura física, regra geral pequena, face às necessidades, e equipas multidisciplinares de saúde que se encontram assoberbadas de trabalho que nunca termina e raramente diminui. Portanto, serão sempre sinónimo de serviços lotados ou tendencialmente lotados. Para o cidadão que recorre aos serviços de urgência, a espera pelo atendimento poderá ser sempre considerada imensa e os serviços completamente lotados. No entanto, e como já referido, o somatório dos serviços de emergência médica realizados pelos 12 Corpos de Bombeiros do distrito de Viana do Castelo ultrapassam os 23 mil no ano de 2021. Isto significa que, todos os anos, são muitos milhares os serviços realizados que culminam com a passagem das vítimas, e utentes nos serviços da rede de urgências no distrito.

O atendimento e a lotação dos serviços de urgência, são na perceção dos responsáveis das corporações, algo que varia também em função da existência ou não de grandes eventos. Em dias normais os serviços poderão estar fluídos, mas nos dias de eventos de massas o constrangimento na gestão do fluxo de entradas de utentes/vítimas pode gerar lentidão, “[...] *é um Hospital que está preparado para o distrito de Viana, que andarà nos 240 a 250 mil pessoas [...] só naqueles [...] dias tem 1 milhão. Portanto, não há milagres*” E1. Realmente, este depoimento é deveras elucidativo, quanto ao impacto do excesso de lotação. Este impacto vai-se traduzir no aumento de demora média de resposta, que por sua vez implica a retenção de meios, que por sua vez provoca atraso na recuperação das equipas no terreno e consequentemente atrasa o socorro, mesmo que para o local sejam projetadas equipas externas.

Percebemos que a retenção de meios de socorro nas unidades de saúde acaba por ser o culminar de um processo que se inicia com possível debilidade e acaba por se arrastar e reter outros, comprometendo-os também no seu desempenho de socorro. Enquadrando esta situação com a existência de recursos de socorro que são finitos, a situação complica-se se pensarmos que por vezes as equipas disponíveis estão no terreno ocupadas nas múltiplas ações a que dão resposta. Na prática, isto pode significar que, sem ser uma situação de exceção, os recursos de socorro da localidade poderão estar todos ocupados e a recuperação para a resposta pode tardar.

Num contexto real o que acontece é um conjunto de consequências em cascata, visível nos seguintes testemunhos “*O Hospital também tem as suas limitações*

e os Bombeiros acabarem por ficar lá porque os pacientes estão nas macas, porque o hospital não tem capacidade de absorver e as equipas acabam por ficar lá retidas” E11. Muitas vezes, é necessário quantificarmos para percecionarmos que “[...] *uma ambulância estar parada num Hospital meia hora a uma hora, à espera de uma maca ou à espera de triagem*” E9, tem obviamente a sua tradução no contexto global, na medida em que “*Há alturas que estamos lá 8 a 9 ambulâncias de socorro presas [...]*” E10 numa mesma unidade de urgência. Isto representa quase 16% da capacidade total de ambulâncias de todas as corporações de Bombeiros do Alto Minho, se todas estiverem operacionais, e excluindo aquelas que já andam em trânsito.

Perante estes resultados, parece-nos poder dizer que, poderão existir necessidades de implementação de medidas de antecipação antes e durante a realização dos eventos de massas no Alto Minho. Salientamos, contudo, que isto não quer, de maneira alguma, afirmar que não existem medidas instauradas ou planeadas, e muito menos afirmamos que as unidades de saúde não se preocupam. Mas, se na realidade existe a implementação de medidas de antecipação, consideramos que as mesmas deverão ser alvo de avaliação interna a fim de perceber se estão a ser eficazes ou não, e objeto de reestruturação se necessário. Na realidade, o estudo evidenciou de forma clara, que não são percecionadas nos serviços de urgência de forma evidente e objetiva, nem medidas antecipatórias, nem reforço de pessoal de saúde nos dias dos grandes eventos comparativamente aos dias normais.

Obviamente, encontrar soluções a melhoria da qualidade de resposta por parte das unidades de saúde de evacuação requer uma análise aprofundada da situação atual por parte dos seus gestores. No entanto, consideramos que algumas estratégias poderão passar por medidas de antecipação, a título de exemplo, o reforço de equipas nos diversos Serviços de Urgência do Alto Minho, dotando as equipas multidisciplinares de maior número de profissionais para que possam cuidar do maior número de utentes possível, de modo a possibilitar a fluidez de processamento do atendimento e assistência, melhorar a gestão de espaço e equipamentos no mesmo edificado e com isto libertar antecipadamente os Serviços. De forma a se encontrarem mais libertos e dotados de equipamentos como camas ou macas (entre outros), possibilitando a receção das vítimas/ utentes com mais celeridade. Por fim, descentralizando o atendimento, com a ativação de espaços devidamente equipados para o efeito, próximos de alguns eventos, com recurso a equipas locais e/ou projetando equipas diferenciadas com o intuito de dar assistência clínica, triar e tratar localmente ou evacuar, se assim for necessário. Alertamos, contudo, que esta ação, tem em última instância necessidade inerente de formação e preparação de equipas diferenciadas para situação de catástrofe, instaurando programas de treino e trabalhando com

outros elementos locais que desta forma estarão também constantemente a desenvolver competências na área de assistência a multidões e inerentes riscos.

Consideramos que resposta das unidades de saúde de evacuação é um elo fundamental na gestão do risco de catástrofe e por isso é fundamental pensar na construção de um dispositivo que permita a resposta eficaz a qualquer risco bem como a recuperação dos seus efeitos.

Conclusões

O conceito de grandes eventos é definido como um ajuntamento de grande número de pessoas. No Alto Minho realizam-se inúmeros grandes eventos das áreas cultural, lúdica, musical, religiosa e desportiva, com acentuada dispersão geográfica, mais concentrados na época de verão.

A intervenção mobilizada pelas Corporações de Bombeiros no processo de planeamento de socorro nem sempre se verifica. A intervenção mobilizada pelas Corporações de Bombeiros no processo de planeamento de socorro nem sempre se verifica, existindo apenas em alguns municípios. A intervenção mobilizada restringe-se ao reforço de meios nos dias de grandes eventos, através no aumento do número de Bombeiros de serviço para garantir as viaturas necessárias e dispor de efetivo humano para dotar as equipas, num evidente esforço realizado pelas corporações para conseguirem ter operacionais suficientes para tentar dar resposta às solicitações.

Os constrangimentos das Corporações de Bombeiros na prestação de socorro são vários: o aumento do número de socorros a efetuar relacionado com o aumento substancial de pessoas; existência de obstáculos vários no acesso e transporte da vítima, verificada no trânsito dificultoso devido a grande número de viaturas em circulação nas vias de acesso ou saída dos eventos; acessos difíceis e corredores de emergência pouco viáveis, considerados como necessidades basilares no processo de socorro.

Os responsáveis das Corporações dos Bombeiros preocupam-se com as situações de risco inerente aos grandes eventos no Alto Minho ou potenciadores deste, ou seja, com a dimensão do acidente, a inacessibilidade do local acidente, o risco de catástrofe e com a illiteracia da população civil plasmada nos comportamentos anárquicos de não cumprimento de regras cívicas e regulamentações de uma sociedade organizada os quais podem por em causa ações de prevenção ou mitigação de risco.

Os responsáveis das Corporações dos Bombeiros preocupam-se ainda com o desequilíbrio entre as necessidades e as respostas, onde o aumento generalizado de solicitações e necessidades contrasta com a diminuição acentuada de recursos.

Foram identificados vários os aspetos influenciadores das respostas das unidades de saúde de evacuação percecionado pelos responsáveis das Corporações dos Bombeiros, tais como: a distância que medeia o percurso entre o local do acidente e os Serviços de Urgência; o excesso de lotação dos serviços de urgência relacionada com maior procura da unidade de saúde em momentos coincidentes com os eventos e verão; dotação dos serviços de urgência e planeamento que poderão estar desajustados para fazer face ao aumento do número de pessoas; retenção de meios devido ao aumento da demora média de atendimento; falta reforço das equipas de saúde nos grandes eventos e no verão.

Perante estes resultados, percebemos determinadas fragilidades e debilidades que possivelmente se tornarão mais exacerbadas aquando da resposta a uma situação crítica ou catastrófica, cuja gestão se tornará mais difícil.

Concluindo, as necessidades existentes na gestão de catástrofe associadas a grandes eventos realizados no Alto Minho, na perspetiva das Corporações dos Bombeiros, marcadas por constrangimentos e preocupações, uma intervenção pouco evidente e resposta das unidades de saúde marcada devido à influência de inúmeros aspetos. Com base na realidade percecionada percebemos a necessidade urgente de uma gestão de risco estruturada, eficaz e adequada.

Referências Bibliográficas

- ANPC - AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (2008). Obtido de Autoridade Nacional de Proteção Civil. URL: <http://www.prociiv.pt>
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*.
- CAMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO (2019). Romaria de Nossa Senhora da Agonia. *Agenda cultural*. URL: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/agenda-cultural/romaria-da-sr-dagonia-2019>
- Castro, C. F., Simões, D. C., Delamarque, E. V. & Pepe, V. L. (09 de 2014). *Eventos de massa, desastres e Saúde Pública*.
- CRED - CENTRE FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS (2021). <https://www.cred.be/>
- DIÁRIO DA REPUBLICA (2022). *Despacho n.º 10319/2014, de 11 de agosto*. Governo.
- DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE (2010). Departamento da Qualidade na Saúde Divisão da Qualidade Clínica e Organizacional. *Guia geral para a Elaboração de um plano de emergência das unidades de saúde.*, p. 1.
- Esteves, M. (2008). *Práticas de Gestão de Recursos Humanos e atitudes e comportamentos de trabalho: estudo de caso no setor bancário português (Tese de doutoramento em gestão)*. Lisboa: ISCTE.

- EM-DAT - THE INTERNATIONAL DISASTER DATABASE (s.d.). Emergency events database. URL: <https://www.emdat.be/>
- Getz, D. (2008). Event tourism: Definition, evolution and research. *Tourism Management*, Vol. 29, 403-428.
- Handoko, D. T. (12 de outubro de 2020). Catástrofes naturais quase duplicaram em 20 anos. E a culpa é das alterações climáticas, diz ONU. *Público*. URL: <https://www.publico.pt/2020/10/12/p3/noticia/catastrofes-naturais-quase-duplicaram-20-anos-culpa-alteracoes-climaticas-onu-1934888>
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2021). Censos da população. URL: <https://censos.ine.pt/>
- OBSERVADOR (15 de 08 de 2017). Queda de árvore provocou 13 mortos no Funchal. *Observador*. URL: <https://observador.pt/2017/08/15/queda-de-arvore-mata-duas-pessoas-no-funchal-junto-a-procissao/>
- OBSERVADOR (15 de 01 de 2018). Estoril-Porto: bancada em risco de ruir leva a suspensão do jogo. *Observador*. URL: <https://observador.pt/2018/01/15/estoril-porto-bancada-em-risco-de-ruir-leva-a-paragem-no-jogo/>
- Oliveira, M. R. (2007). *A emergência médica em eventos com multidões. Experiência do EURO 2004. (Dissertação para a obtenção do grau de mestre)*. p. 6.
- Olsson, S. (2009). *Crisis Management in the European Union: Cooperation in the Face of Emergencies*. Springer-Verlag Berlin and Heidelberg Gm.
- Paiva, M. A. (2017). *Sistema de Socorro e Emergência: Planos de Emergência de Proteção Civil e O Papel da Sala de Operações e Gestão de Emergências*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE VIANA DO CASTELO (2016). Obtido de <http://planos.proxiv.pt/Documents/131220399501912397.pdf>
- Pordata (2020). *estatistica bombeiros por municipio*. URL: <https://www.pordata.pt/Municipios/Bombeiros-39>
- Público (27 de março de 2022). Obtido de “As urgências têm de deixar de estar de portas escancaradas”: <https://www.publico.pt/2022/03/27/sociedade/entrevista/urgencias-deixar-estar-portas-escancaradas-2000294>
- Público (31 de março de 2022). Obtido de “Avalanches” nas urgências pediátricas, com gripe fora de época. Os “velhos” vírus estão de volta, URL: <https://www.publico.pt/2022/03/31/sociedade/noticia/avalanches-urgencias-pediatricas-gripe-epoca-velhos-virus-estao-volta-2000786>
- Público (1 de abril de 2022). Obtido de Governo promete remodelar urgências e deixa cair meta de dar médico de família a todos os utentes do SNS: Governo promete remodelar urgências e deixa cair meta de dar médico de família a todos os utentes do SNS. *Público* (04 de março de 2022). *Jornal Público* Cansado de “trabalhar sem condições”, médico veterano abandona SNS. Obtido de *Jornal Público*: <https://www.publico.pt/2022/03/27/sociedade/noticia/cansado-trabalhar-condicoes-medico-veterano-abandona-sns-2000316>
- RNBP - RECENTEAMENTO NACIONAL DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (janeiro de 2022). *Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses*. URL: <https://rnbp.proxiv.pt/rnbp/>
- Sanders, A. B., Criss, E., Steckl, P., Meislin, H. W., Reife, J. & Douglas, A. (1986). *Annals of Emergency Medicine*.
- Santos, M. L. & Gomes, N. T. (2022). *TOP 5: Catástrofes em Portugal (2010-2019)*. URL: <https://www.getsafety.pt/noticias/top-5-catastrofes-em-portugal-2010-2019>
- SAPÓ (18 de junho de 2020). *30 milhões de euros. É quanto o Alto Minho vai perder este ano sem festas e romarias* 30 milhões de euros. É quanto o Alto Minho vai perder este ano sem festas e romarias. Obtido de Sapó. URL: <https://24.sapo.pt/actualidade/artigos/30-milhoes-de-euros-e-quanto-o-alto-minho-vai-perder-este-ano-sem-festas-e-romarias>
- Säterhed, P., Hansson, M., Strandlund, J., Nilsson, T., Locken, M. & Meimermond, A. (2011). *Swedish Civil Contingencies Agency*. Sweden: Advant Produktionsbyrå AB.
- SIC NOTÍCIAS (1 de abril de 2022). Obtido de Urgências sob pressão: má resposta dos centros de saúde é uma das causas. URL: <https://sicnoticias.pt/pais/urgencias-sob-pressao-ma-resposta-dos-centros-de-saude-e-uma-das-causas/>
- Still, G. K. (2000). *Crowd Dynamics. Warwick Tese de (Doutoramento não publicada)*. University of Warwick.
- Still, G. K. (2015). *Crowd Safety and Risk Analysis*. URL: <http://www.gkstill.com/Support/WhyModel/index.html>
- UNDRR - UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTERS RISK REDUCTION (s.d.). *Building risk knowledge*. URL: <https://www.undrr.org/building-risk-knowledge>
- UNISDR - UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION (2015). *Sendai Declaration*. URL: https://www.preventionweb.net/files/43300_sendaideclaration.pdf
- Xu, K., Nelson, B. K. & Berk, S. (dezembro de 2009). *Annals of Emergency Vol 54. The changing profile of patients who used emergency department services in the United States: 1996 to 2005*, 805-810.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION (2015). *Public health for mass gatherings: key considerations*. Edited by Endericks, T. [et al]. URL: <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/717805/retrieve>